





mou e ganhou substância o espírito da nossa Fôrça de Terra.

Foi aqui mesmo, em Pernambuco, que êle nasceu, juntamente com a própria consciênciâ da nacionalidade, quando o homem nativo se insurgiu e se mobilizou, formando as nossas primeiras unidades de combate, para lutar contra o invasor holandês.

Era, já então, o sentimento do dever para com a Pátria que o inspirava, fazendo surgir nêle o espírito do soldado brasileiro.

Pernambuco, centro da vida do Nordeste, era para êle, como que o próprio Brasil. Era a terra de nascimento, o solo sagrado da Pátria. Daí, a invocação da Autoridade de Chefe militar de Pernambuco, com que Vidal de Negreiros homologou, como aliado dos portuguêses, os têrmos da ata da rendição batava, na Colina do Taborda.

Estávamos ainda nos remotos tempos da Colônia, mas desde aí começariam a surgir as Unidades de pretos e de pardos que, com as tropas de milícia, mais civis do que militares, mais povo do que fôrça regular, iriam constituir, ao longo do tempo, nas diversas regiões do país, a infra-estrutura militar que deu contextura e alma própria ao Exército Brasileiro da Independênciâ.

Vem, aliás, desde êsses tempos, o trabalho permanente, fecundo e silencioso do quartel, no sentido de transformar em cidadão da sua Pátria o homem brasileiro, que ocupava, como elemento nativo, a mais ínfima posição na escala social, em face dos colo-

nizadores. Foi a condição de soldado que o recuperou para a Nação, dando-lhe instrução, educação e, até mesmo, certa parcela de autoridade, muito antes da abolição.

Desde aí o quartel tem representado no Brasil, como ainda representa hoje, o papel de verdadeiro cadinho de congraçamento e fusão social das raças formadoras do nosso povo. Dentro dêle jamais se distinguiram os homens, entre si, a não ser pela graduação hierárquica, como única expressão da escala de precedênciâ entre os militares.

E ainda hoje, como ontem, o dia festivo da incorporação de um novo contingente, em cada quartel do Brasil, oferece a mais autêntica e convincente demonstração do que é o Exército Brasileiro, na heterogeneidade de tipos e de padrões sociais dos homens que êle recebe, para irmaná-los, uni-los e identificá-los, dentro do mesmo espírito de corporação, sob as mesmas normas rígidas da disciplina, como soldados do Brasil.

Dir-se-á que é diferente a formação da oficialidade, como núcleo permanente do enquadramento da Instituição Militar. Mas é o mesmo, também aí, o sentido eminentemente democrático a que obedeça a constituição do nosso Exército.

A qualquer cidadão é livre o ingresso nos Cursos de formação de oficiais, bastando-lhe, para isso, que se disponha a fazê-lo, por vocação, e que, seja qual fôr a sua condição, atenda, pelo esfôrço pessoal, às servidões físicas, intelectuais e mo-

rais, impostas pela carreira, indistintamente, a todos quantos queiram abraçá-la.

Ao dirigir-me, certa vez, como Diretor do Ensino de Formação do Exército, à Turma que estava por concluir o Curso da Academia Militar das Agulhas Negras, pude dar aos futuros oficiais, com base em documentos de que dispunha, uma notícia que, para êles próprios, constituía uma revelação. Era a de que, dentro daquele conjunto que em breve se dispersaria pelos quartéis do Brasil, com as responsabilidades de condutores de homens, reuniam-se filhos de militares, de funcionários civis, de homens de fortuna, de ferroviários, de metalúrgicos, de sapateiros, de agricultores, de alfaiates, de magistrados, de industriais e de operários.

Dessa Turma, que então iniciava com entusiasmo e por livre escolha, a carreira das armas, surgirão, amanhã, novos chefes militares do Brasil, tal como ocorreu com a minha própria Turma e as outras a que pertencemos os atuais detentores das responsabilidades do Alto Comando da nossa Fôrça de Terra.

É preciso, porém, deixar bem claro que o Exército não é apenas uma grande estrutura permanente, destinada a transformar homens em soldados.

O poder de uma nação, as grandes fôrças que a sustentam, que impulsionam o seu progresso e que lhe dão condições para afirmar a sua soberania e traçar, livremente, os rumos dos seus destinos, estão, antes, na coesão espiritual do povo que a consti-

tui, no fortalecimento do poder político que o orienta e dirige, e na pujança da sua economia, que há de ser tanto maior quanto mais valorizar-se o homem nacional.

Nesse sentido, nenhuma Instituição Nacional tem realizado, em proveito da Nação, desde as suas origens, trabalho pioneiro mais amplo e mais benemérito, sem prejuízo, mas, ao contrário, com imensuráveis vantagens para a sua missão precípua, de natureza militar.

O Exército, já o assinalamos, foi desde o início da nacionalidade, a grande armadura que sustentou a unidade da Pátria, preservando-a das ameaças de fragmentação, assegurando a coesão daquela espécie de arquipélago de províncias que tendiam a isolar-se, em compartimentos autônomos, dentro das suas peculiaridades, sob a ação de fôrças desagregadoras, muitas vezes alimentadas pelo inimigo externo.

O quartel representou, na formação do Brasil, a presença do poder central sobre toda a periferia e o interior do imenso território. Era a grande fôrça que o defendia e aglutinava, criando e preservando o espírito nacional, além de concorrer para a mobilidade social.

As Escolas Militares da Côrte, que o reinado de D. João VI deixara primorosamente organizadas, seriam os grandes reservatórios dos quadros militares que impregnados do espírito da nacionalidade, aprimorados na cultura e afeitos às mesmas normas

de disciplina, despejavam-se, anualmente, por todo o Brasil, como plantas saídas de um mesmo viveiro, que iam fincar as raízes e lançar as sementes da Pátria nas suas mais remotas paragens, até onde mal chegavam os caminhos.

O Brasil era grande demais para os seus poucos milhões de habitantes, que não faziam número nem estavam preparados para prover adequadamente a estrutura civil da Nação, logo que ela se libertou do jugo colonial e se tornou livre, sob as vistosas ambiciosas de outros povos, dentro do quadro de uma América Latina de fronteiras ainda instáveis e flutuantes.

Foi, aliás, dentro desse quadro, que surgiu, para a predestinação que o imortalizaria, a figura do Duque de Caxias, o então Porta-Bandeira do Batalhão do Imperador. Foi aí que, declarada e conquistada a Independência, a Nação se deparou com os grandes problemas, internos e externos, que lhe cumpria enfrentar sózinha, entregue, que ficou, nas palavras do Imperador, aos seus próprios e naturais defensores, o que o levou a declarar, na sua fala de 10 de novembro de 1822, que "só na organização eficiente das suas tropas poderia assentar o prestígio e a estabilidade do seu reinado".

Mas não estaria nisso, apenas, a grande missão do Exército. A proclamação de "Independência ou Morte" importaria, para a jovem Nação, implicações da maior relevância na sua vida, porque não bastava expulsar os portugueses, mas cumpria construir e

fortalecer a Pátria, agora livre, cujos destinos os brasileiros deveriam, a partir daí, traçar e realizar por si e para si mesmos, começando por preservar-lhe a unidade política e defendê-la, nas suas fronteiras e na sua soberania.

Essa era a grande tarefa prioritária que cumpria ao Império realizar. E só o regime imperial seria capaz de realizá-la, naquelas circunstâncias difíceis em que o Brasil se tornou independente. A República viria ao seu tempo, como estuário natural das correntes liberais que se reuniriam mais tarde para a sua instituição. Mas viria, para abranger o todo e não para fragmentá-lo, através de movimento político que se processou do centro para a periferia, atendendo aos anseios generalizados da Nação, sem quebrar-lhe, contudo, a unidade, sem esfacelá-la através das reivindicações regionais que, por longo tempo, ameaçaram a estabilidade do Império.

Caxias foi, sem dúvida, nesse período decisivo da nossa evolução política, o estadista e soldado a quem o destino reservou a suprema tarefa de resguardar a unidade da Pátria, pondo-a acima dos partidos, das correntes políticas e das tendências regionalistas. Foi êle o gênio pacificador que impediu se estraçalhasse a Nação em lutas fratricidas, na antevisão do perigo externo que lhe rondava as fronteiras. E foi, mais do que isso, o grande condutor de homens que iria cobrir de prestígio e de glória o jovem Exército Nacional, nas lutas contra Rosas e

Oribe, para consagrar-se, mais tarde, ao mudar os rumos da Guerra do Paraguai, depois de Curupaiti, projetando no cenário da América a sua figura inconfundível de estrategista, no Comando Geral da Tríplice Aliança.

A auréola da vitória que corou, então, o Exército de Caxias, não foi, porém, maior do que a benemerência do trabalho anônimo do soldado brasileiro na construção e no fortalecimento da Nação, em tarefas e atividades para as quais não estavam ainda preparados os seus quadros civis.

O primeiro grande problema do Brasil independente era o de elevar o padrão do homem brasileiro, como a necessidade fundamental do Exército era a de aprimorar o valor do soldado brasileiro, o que importava, para um e para outro fim, em valorizar o cidadão.

Tal foi, e ainda é, a mais benemérita tarefa do quartel, como verdadeira escola de formação do homem. Escola, em todos os sentidos, dentro da qual se apurou, através dos tempos, em todo o território nacional, a matéria-prima do potencial humano da Nação.

Dentro do Exército se preparavam, em suas escolas superiores do mais alto padrão, grandes expressões da cultura nacional, que se projetariam, inclusive, em vários campos das atividades civis, além de consagrados engenheiros, destinados, não apenas a atender aos encargos militares, como a suprir a inexistência da Engenharia civil,

pois só às vésperas da República a sua antiga Escola Central seria transformada em estabelecimento de ensino civil.

O Exército não construía apenas os quartéis, as casas de pólvora e as fortalezas. Também eram obra dos seus engenheiros as estradas, os palácios, as Igrejas, os chafarizes, os aquedutos, como, de um modo geral, as edificações imprescindíveis à implantação das cidades.

O quartel, em cujas fileiras se incorporavam escravos alforriados, jovens desajustados e até detentos liberados, servia, mesmo, em certos casos, de reformatório e escola correcional, sob o rigor lipeano, que, então, regia a disciplina militar. A recuperação do homem se fazia, também, através da assistência espiritual do capelão militar. O temor de Deus exercia grande influência na disciplina. O soldado praticava a religião como dever imposto pelos regulamentos, dado o caráter oficial que tinha a Igreja, no tempo do Império.

Era, também, o quartel um núcleo de apoio social no interior e, por vezes, a única presença da civilização em pontos longínquos e inóspitos do território. Os uniformes, a banda de música, o amparo da autoridade, o socorro pronto, em caso de necessidade, e o entusiasmo cívico das cerimônias militares, faziam gravitar em torno dêle as populações esparsas pelas redondezas. Surgia, nas proximidades, o casario modesto, como comêço de um processo de simbiose que fundia, aos poucos, o meio militar com o meio civil, fazendo apare-

cer o povoado, o embrião das futuras cidades.

O cidadão sem recursos, perdido nas grandes extensões do território nacional, sem quaisquer perspectivas de estudar e de progredir, fazia-se soldado, iniciava-se nas aulas do quartel e terminava por ter acesso às Escolas Militares da Corte e lograr, através delas, elevar-se na escala social. Era como o homem de condição humilde iria nivelar-se com os privilegiados da fortuna, na seleção dos valôres de que a Nação tanto carecia, para organizar-se.

Quantos grandes soldados do Brasil, e estadistas, e professores, e engenheiros, encontraram no Exército êsse caminho, com portas de entrada em todos os quartéis do território nacional! Era o recurso pelo qual o cidadão modesto se tornava gente e podia atingir, até mesmo, como houve o caso, a Presidência da República.

Na galeria histórica dos nossos mais altos Chefes Militares reúnem-se, com igualdade de posição hierárquica, Generais pretos, brancos, mulatos e pardos, na heterogeneidade das raças e na homogeneidade dos valôres morais e profissionais que formam, de alto a baixo, a estrutura humana da nossa Instituição militar.

Esse grande papel permanente, na valorização do homem brasileiro, o Exército continua a cumprir-no nos dias de hoje. O quartel alfabetiza, aprimora o físico, incute a disciplina, educa, instrui, dá senso de responsabilidade, desenvolve o espírito de iniciativa, desinibe, ensina o civis-

mo e prepara o homem, não apenas para ser soldado, mas sobre tudo como cidadão útil à coletividade.

Contam-se por milhares os que regressam ao lar com uma profissão adquirida no quartel: mecânicos, motoristas, tratoristas, radiotécnicos, datilógrafos, enfermeiros, soldadores, serralheiros, radiotelegrafistas, carpinteiros, etc.

Isso ocorre, também, no nível mais alto do Ensino Militar, onde o Exército tem realizado, sobretudo no campo da Engenharia, trabalho pioneiro de relevante papel no desenvolvimento nacional; na construção rodoviária, em obras de açudagem e irrigação, no mapeamento do território, na metodização e difusão da Educação Física, na implantação da Indústria pesada, nas colônias agrícolas e, de um modo geral, no preparo dos valôres nacionais, cívicos, morais e intelectuais, que reforçam, quando não antecedem, os quadros civis da Nação, e colaboram com êles no trabalho de todos os dias para o engrandecimento do País.

Não há como, nem por que, distinguir, perante o serviço da Pátria, mesmo em tempo de guerra, o soldado do cidadão, o homem que luta na frente de combate, do que moureja, em tôdas as frentes de trabalho, porque êste é, igualmente, fator decisivo do progresso, no tempo de paz, como da vitória, no tempo de guerra.

Eis aí, meus prezados e ilustres patrícios de Pernambuco, como é, como atua, como pensa e como sente o Exército Brasileiro. É uma parcela do povo, tão útil à

Nação como tôdas as outras. Inseparável dela e insubstituível na nobre missão que desempenha dentro da coletividade.

Seu destino único é o de servir à Pátria, lutando, sempre que necessário, para preservá-la dos seus inimigos, externos ou internos, sob a inspiração de ideais e de propósitos que jamais se divorciaram dos do povo.

No panorama da vida política latino-americana, examinado através de toda a história dos povos do Continente, o Exército Brasileiro guarda a coerência da sua tradição de respeito ao Poder Civil, jamais interrompida durante todo o processo da evolução nacional.

É título que muito enaltece o inalterável sentido civilista da Instituição Militar do Brasil, e põe em justo relêvo o papel que ela tem representado na garantia e no fortalecimento da nossa estrutura democrática.

Nunca medrou, no Brasil, por isso mesmo, a figura do caudilho militar nem jamais o poder militar usurpou a preponderância do Poder Civil, para assumir a tutela da Nação.

Nas situações de exceção, nas raras contingências em que esteve ameaçada a continuidade do processo democrático, no Brasil, com risco flagrante para a sobrevivência das Instituições e da própria soberania da Pátria, teve o espírito eminentemente legalista do Exército que transigir, levando-o a sobrepor-se aos partidos e investir-se no poder, para o fim único de restabelecer a ordem democrática. E isso é só o tem feito para atender aos reclamos

do povo, em face de perigo iminente para a Segurança Nacional.

É atitude extrema a que é levada a Instituição Militar diante do dever inalienável e mais alto, que ela não pode deixar de cumprir.

Trata-se, sem dúvida, de missão que ela deixará de desempenhar nos estágios mais adiantados do aperfeiçoamento democrático da Nação, para os quais marcha o Brasil, agora, com determinação e segurança. É esse, aliás, o grande anseio de todos os verdadeiros democratas, tanto os civis como, principalmente, os militares.

E sempre que a Instituição Militar se tem visto na contingência excepcional de investir-se no poder, apressa-se e não perde tempo em transferi-lo, cumprida a sua missão, à Autoridade Civil legítima, para recolher-se aos quartéis e, dentro dêles, prestar-lhe obediência, prestigiá-la e fortalecê-la.

Quando a Nação, livre e soberana no seu direito de escolher, investe a pessoa de um militar na sua magistratura suprema, está certa de que nêle a condição do cidadão se sobrepõe sempre à do soldado, e se sobrepõe, principalmente, pela vocação legalista, inata no militar brasileiro, pela expressão mais alta que tem, para ele, o Poder Civil, por força da sua consciência eminentemente democrática.

Ninguém é mais civil do que o militar brasileiro investido na função civil. Nenhuma força se antepõe, no Brasil, mais intransigentemente, à ditadura militar, como à ditadura de qualquer classe, do

que a consciência cívica do soldado.

Ela se tem mostrado, aliás, invulnerável aos apelos repetidos e às tentativas dos grupos que invocam, muitas vezes, o prestígio da farda, como espécie de solução mágica para o fortalecimento do Poder Político, no Brasil. A verdade é, porém, que esse prestígio decorre, precisamente, da aversão do soldado brasileiro por qualquer forma de ditadura. O Exército, sem dúvida, o perderia se consentisse em sacrificar a inflexibilidade dessa linha de conduta que tanto enaltece e comprova a consistência do seu espírito democrático.

O Movimento de 31 de março deu à Nação, mais uma vez, o testemunho da fidelidade do Exército à democracia. Ele foi, antes de tudo, uma prova da vitalidade e uma reação generalizada e vigorosa da consciência democrática do povo brasileiro. E o Exército, como as demais Forças Armadas, teria de estar solidário com o povo.

Nem se compreenderia da parte dele outra atitude, quando se tratava de resguardar a sobrevivência das nossas Instituições democráticas.

Congraçaram-se, naquela sombria conjuntura, o povo e as Forças Armadas, para a salvação da democracia brasileira. E ela foi salva, restaurada e fortalecida, como a Nação inteira o reclamava e exigia.

O Comando Militar Revolucionário, que assegurou a sua sobrevivência, credenciando-se, com tão decisiva e benemérita atitude, à gratidão nacional, não de teve o poder em suas mãos a

não ser no prazo mínimo necessário para que ele fosse transferido, com segurança e legalmente, ao atual Presidente da República.

A escolha, pelo voto do Poder competente, recaiu sobre um militar, com todas as credenciais para o exercício de tão alta e tão árdua investidura.

O prestígio do seu nome, como todos sabem, não emana apenas do relêvo e da dignidade com que, na paz e na guerra, destacou-se entre os seus pares no exercício de relevantes funções militares.

O acatamento que inspira e recebe, ele o impõe por virtudes e méritos pessoais que o poriam, como puseram, em justo relêvo, no exercício de qualquer alta missão, inclusive na mais alta de todas.

Sobre ser um grande soldado, o Marechal Castello Branco é, sem dúvida, um grande cidadão. E a sua primeira providência, antes mesmo de investir-se na Suprema Magistratura da Nação, foi a de encerrar, de livre vontade, a sua Carreira militar, transferindo-se para a Reserva do Exército.

Não tem o militar da ativa o direito de apreciar a atuação do Presidente que a Nação escolheu depois do 31 de Março, mas parece incontestável que nem mesmo os que se permitem criticá-lo mais acerbamente põem nêle em dúvida a imparcialidade do Magistrado, a extremada vocação legalista, a confiança que infunde, o respeito que inspira e a dignidade de que reveste os seus atos e as suas atitudes.

Há, como tinha de haver, os inconformados com a restauração da democracia brasileira, que se aproveitam das próprias liberdades por ela asseguradas para incriminá-la de regime totalitário.

No propósito de formar adeptos e de confundir a opinião pública, sobretudo no exterior, porque não encontram mais clima para a subversão e para a corrupção, mobilizam recursos abundantes e uma custosa publicidade, com o objetivo de apresentar a Revolução de 31 de Março como movimento militarista para implantar uma ditadura militar no Brasil, como se as próprias liberdades de que usam e abusam não constituíssem o desmentido público definitivo, a prova que invalida, pela base, a dialética suspeita de que se socorrem, na contradição evidente com que ela mesma se esvazia e se desmoraliza.

Refugiados e escondidos, sob o peso da própria culpa, pelo receio do clamor público, ante a explosão cívica da Nação, naquela jornada redentora de 31 de Março, tentam êles agora reaparecer e reagrupar-se, arrogando-se, até mesmo, o direito de falar em nome da democracia, que tudo fizeram antes, por destruir.

O Exército Brasileiro, agora livre dos que tentaram, em vão, dividi-lo e destruí-lo, nos seus alicerces e no seu espírito, revigorou-se na sua consciência profissional, para novas missões que dêle venha a exigir a Nação.

Dentro dos seus quartéis, êle se prepara e se adestra, fortalecendo a sua eficiência, coeso e imu-

ne às influências da política partidária que são incompatíveis com o seu espírito profissional.

Ninguém pode desviar do sentido do dever um Exército de homens livres, formados e educados no culto da Pátria, para a defesa da sua soberania e das suas Instituições.

Desmerece-se e compromete o prestígio da sua autoridade até mesmo o Chefe militar que tente fazê-lo, porque se interrompe, então, o elo espiritual, o compromisso de ordem moral em que repousa o princípio da obediência consciente que lhe devem os subordinados.

A ruptura dos laços de subordinação o deixaria separado da organização que supõe comandar, mesmo que êle só venha a percebê-lo em momentos decisivos, quando tiver de pôr à prova a sua autoridade.

O sentido superior da disciplina, em que se fundamenta a coesão da pirâmide hierárquica da organização militar, pressupõe a lealdade de todos ao compromisso jurado para com as Instituições.

É um estado de consciência coletiva que a todos obriga em face dos deveres comuns para com o Exército e para com a Pátria.

Está precisamente nisso a grande incompatibilidade entre o espírito de um Exército democrático e o da Fôrça militar dos totalitarismos.

O Exército Brasileiro nunca foi nem será nunca um Exército de caráter miliciano ou sujeito a qualquer partido que se arrogue o direito de selecionar os seus integrantes, de comandar as suas

atitudes e até mesmo o pensamento dos seus homens, como é o caso dos Exércitos políticos.

Porque o Exército não tem política, a não ser a da Pátria. Não é Partido, mas uma Instituição Nacional. O Poder é para ele uma servidão transitória que não pode ser recusada nos momentos de crise nacional nem prolongada além dela, porque só se justifica como missão que ele apenas pode desempenhar quando se trata de superar a crise, e para o fim exclusivo de superá-la.

E é missão de que ele não pode declinar quando estão sob ameaça os destinos da Pátria e as liberdades do Povo.

Dai a coesão da sua atitude de 31 de março, a despeito daquela falsa legalidade que tudo fazia, antes, para comprometer e subverter a disciplina e a hierarquia que lhes servem de fundamento.

Foi para salvar a democracia brasileira que ele saiu dos quartéis, e é para defendê-la e fortalecer a que ele trabalha e se adestrava, agora, dentro deles, atento e vigilante na salvaguarda dos ideais da Revolução de março.

Nas suas fileiras, hoje, como ontem, o cidadão brasileiro se transforma em soldado do Brasil, mas não deixa de ser nunca o cidadão.

Porque não é apenas com as armas que ele aprende a manejá-las no quartel, mas com as virtudes cívicas vitalizadas, com a consciência do dever, fortalecida, e com a valorização da própria personalidade, que o cidadão se prepara, dentro do Exército, para a defesa da Pátria.

Soldados do Brasil não são apenas os homens fardados que guarnecem, na guerra ou na paz, as unidades de combate e as formações militares que constituem a primeira linha de defesa da Pátria. Também são os que trabalham pela sua grandeza, na luta anônima de todos os dias, nos campos, nas fábricas, nos transportes, nos escritórios, nos hospitais, nas salas de aula e em todas as atividades que dão vida e dão força à Nação, impulsionando-a para fortalecer-a, enriquecendo-a para fazê-la mais feliz.

Soldados do Brasil são, particularmente, os homens da cultura e os homens da Imprensa, porque a eles cabe a tarefa mais relevante, a responsabilidade mais alta, de formar e de fortalecer a consciência cívica da nacionalidade.

No que eles escrevem e no que eles dizem e difundem, para o bem ou para o mal, está, sem dúvida, a boa ou má semente destinada a fecundar no espírito do povo.

Na guerra ideológica, do comunismo contra a democracia, a grande batalha é a que se trava, todos os dias, no campo do espírito.

Frente a ela, mais importa esclarecer do que armar o cidadão, para colocá-lo em condições de defender os supremos bens da vida, a começar pelo maior de todos eles, que é o da liberdade.

Só podem bem compreender o que ela realmente representa para o ser civilizado, os que acompanham o drama dos que clamam, hoje, por ela, atrás dos muros erguidos para separá-los do

seu próprio povo e dos povos que são livres.

Os que acusam a democracia brasileira como responsável pela pobreza do homem do Nordeste, sem sequer referir o que ela está fazendo e procura fazer por ele, e ainda guardam suspeito silêncio sobre a vida daqueles povos escravizados, quando não chegam até a exaltá-la como regime de felicidade, tentam confundir e envenenar o espírito despreparado e a credulidade do trabalhador nordestino, como processo para destruir nêle a confiança no regime democrático, que todos sabemos ser o único compatível com a dignidade humana e com a vocação de liberdade, as tradições e os sentimentos cristãos do povo brasileiro.

Trabalham, do mesmo modo, contra a democracia, a insensibilidade e o egoísmo do empresário que, embora se suponha verdadeiro democrata, excede-se na ambição do lucro e da riqueza, a ponto de ignorar, ou entender que seja apenas do Estado, o problema da assistência ao trabalhador que o ajuda a ficar rico.

Porque o próprio escravo, antes da abolição, o animal, empregado como força de trabalho, e a máquina, na era industrial, nunca deixaram de ser objeto, por parte do homem de empresa, do cuidado e da obrigação de destinar à sua assistência, como instrumentos essenciais da riqueza, a poupança requerida pela segurança do trabalho e pela sua continuidade.

Quando se trata do homem, a sociedade democrática pressupõe, como condição de vitalidade e de

coesão, a participação de todos, tanto nos benefícios do bem comum, como nos sacrifícios e nos deveres humanos em que se sedimenta a harmonia social.

Os que ainda teimam em resistir a tais princípios hão de estar desiludidos com a Revolução Brasileira, que não pode ignorá-los nem deixar de defendê-los, além de tudo porque está empenhada no fortalecimento da democracia brasileira.

É esse, aliás, um dos grandes deveres da Revolução, sobretudo no Nordeste, onde mais se tornou evidente, à custa de amarga experiência, que a injustiça social constitui a maior vulnerabilidade no sistema de defesa da liberdade do povo.

Cumpre à democracia, não apenas evitar essa vulnerabilidade, como esclarecer o espírito do cidadão sobre o privilégio que representa e a significação que tem a liberdade.

Ela é um bem muito caro, como o da saúde, cujo valor só podem avaliar, na sua verdadeira grandeza, os que tiveram a desgraça de perdê-la e esgotaram todos os recursos para recuperá-la.

O livro, o jornal, o rádio e a televisão representam, diante desses problemas, armas poderosas para o esclarecimento cívico da Nação.

A cultura nacional é o campo em que mais se refletem e se afirmam a mentalidade, os sentimentos e as aspirações do povo, na sua autenticidade. Nela estão a alma e o espírito da Nação, a serem preservados e enriquecidos, nos seus traços eternos e na

sua substância moral e ideológica.

Através dela a Nação deve fortalecer-se, recebendo o influxo das idéias dos outros povos, seja para aproveitá-las, seja para repudiá-las, de acordo com as suas livres tendências.

Um povo independente, zeloso das suas próprias liberdades, não pode abdicar da sua autonomia de pensamento nem submetê-lo, passivo e submisso, à pressão espiritual da literatura de exportação destinada à propaganda e à catequese ideológica.

Seria tolerar o processo intelectual da sua autodestruição, já que a segurança da Nação tanto pode ser vulnerada pela invasão militar das suas fronteiras, como pelo solapamento cultural do seu espírito cívico.

Nem é por outra razão que o Comunismo Internacional concentra os seus esforços para destruir as democracias no campo da Informação e da Cultura, através de técnicas avançadas, e com o emprêgo de gigantescos recursos, em verdadeira operação ofensiva

dirigida contra a consciência cívica dos povos desavisados.

É o processo de levá-los a aceitar idéias e adotar atitudes, que se apresentam como se fôssem do seu próprio interesse, quando, na realidade, servem apenas para provocar o conflito social e abrir caminho para a subversão, comprometendo as resistências da Nação democrática.

É, pois, em última análise, no esclarecimento do espírito do cidadão que a democracia deve preparar as bases do sistema de defesa das suas liberdades.

E esse esclarecimento constitui a relevante missão dos homens da Imprensa e dos homens da Cultura. Eles integram um verdadeiro Exército, tão responsável pelos destinos da Pátria e pela sua segurança, no campo do espírito, como o é, no campo militar, o Exército de Caxias, que hoje festejamos.

E é em nome do Exército de Caxias que eu saúdo, nestas palavras, os valores representativos da Cultura e da Imprensa de Pernambuco.

A Guerra Revolucionária leva o perigo comunista ao umbral de cada casa e a última frente se situa no espírito de cada cidadão!